

Renato Dolabella Melo

INDICAÇÕES
GEOGRÁFICAS E
O DIREITO DA
REGULAÇÃO E
DA CONCORRÊNCIA

Atualizado de acordo
com a IN 95/18 do INPI

Apresentação do Professor Dr. Newton Silveira

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019

Copyright © 2019 by Renato Dolabella Melo

Categoria: Propriedade Intelectual

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

116 03 03

M528i

Melo, Renato Dolabella

Indicações geográficas e o direito da regulação e da concorrência : atualizado de acordo com a IN 95/18 de INPI / Renato Dolabella Melo. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.

196 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 169-181.

Inclui anexos.

ISBN 978-85-519-1378-9

1. Direito econômico. 2. Propriedade intelectual. 3. Regulação. 4. Concorrência. 5. Indicação geográfica - Brasil. I. Título.

CDD 343

Sumário

Introdução	1
2. Indicações Geográficas	3
2.1 Sinais Distintivos: espécies	3
2.1.1 Marcas	3
2.1.2 Nome Empresarial	12
2.1.3 Título de Estabelecimento	14
2.1.4 Indicação de Proveniência	15
2.1.5 Indicação Geográfica	16
2.2 Funções da Indicação Geográfica	20
3. Tratamento Internacional	25
3.1 Convenção da União de Paris	25
3.2 Acordo de Madri	30
3.3 Acordo de Lisboa	31
3.4 Acordo TRIPS	35
3.6 Regulamentos do Mercosul	39
3.6.1 Protocolo de Harmonização no Mercosul	39
3.5.2 Regulamento Vitivinícola do Mercosul	43
3.6 Regulamentos da União Europeia	44
3.6.1 Regulamento 110/2008 – Bebidas Espirituosas	45
3.6.2 Regulamento 1151/2012 – Produtos Agrícolas e Gêneros Alimentícios	48
3.6.3 Regulamento 1308/2013 – Organização Comum dos Mercados dos Produtos Agrícolas (Vinhos)	51
3.6.4 Regulamento 251/2014 – Produtos Vitivinícolas Aromatizados	55

4. Registro de Indicações Geográficas no Brasil.....	59
4.1 Marco Legal (Lei 9.279/96)	59
4.2 Instrução Normativa 95/18 do INPI.....	61
4.3 Alcance da IG Brasileira	69
4.3.1 Produtos e Serviços em Geral.....	69
4.3.2 Inovação ou Tradição?.....	71
4.4 Efeitos do Ato de Registro da IG Junto ao INPI: declaratórios ou constitutivos?	73
5. Análise Econômica das Indicações Geográficas.....	89
5.1 Análise Econômica do Direito (Law & Economics)	89
5.2 Aspectos Econômicos das IGs.....	95
5.2.1 Natureza Econômica do Direito de Exclusividade Sobre as IGs.....	95
5.2.2 Sinais Distintivos, Custos de Procura e Eficiências.....	98
5.2.3 Carona (<i>free rider</i>)	102
5.2.4 Valor Agregado para a Produção Local?.....	107
6. Indicações Geográficas: Regulação e Defesa da Concorrência	111
6.1 Regulação: conceito e espécies.....	111
6.2 IGs e Defesa da Concorrência.....	120
6.2.1 Defesa da Concorrência e Repressão à Concorrência Desleal.....	120
6.2.2 Restrições de Concorrência: Ilícito Per Se e Regra da Razão.....	126
6.2.3 Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE	130
6.2.4 Atos de Concentração.....	132
6.2.5 Infrações Contra a Ordem Econômica (Condutas)	134
6.2.6 Exigências aos Produtores Locais para Uso da IG e Restrições à Concorrência.....	140
6.2.6.1. Obrigatoriedade de Filiação.....	144

6.2.6.2. Regulação da Produção em Função da Demanda	147
6.2.6.3. Cobrança pelo Uso da IG ou Pelos Procedimentos de Certificação	148
6.2.6.4. Confusão em Relação à Essência do Direito de IG.....	150
Conclusões.....	153
Anexo 1 – Relação de Regulamentos de Uso com Cláusula de Filiação Obrigatória a Associação/Cooperativa.....	161
Anexo 2 – Relação de Regulamentos de Uso com Cláusula de Regulação da Produção para Harmonizá-la com a Demanda	165
Referências Bibliográficas	169